

Plano é iminente, dizem economistas

Pressionada pela alta da inflação, equipe econômica pode acabar lançando, afinal, um plano: especialistas analisam o que pode estar sendo preparado e vir a ocorrer

JÔ GALAZI

RIO — O governo parece cada vez menos convicto de que poderá, com a revisão constitucional, preparar o caminho para um grande ajuste público em 1994, pré-condição básica para um programa de combate à inflação mais efetivo. Pode sair daí um plano de emergência. O Estado ouviu três influentes economistas — Antônio Barros de Castro, Paulo Guedes e Daniel Dantas — sobre o assunto.

Antonio Barros de Castro, professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-presidente do BNDES — Não se vê uma solução para o problema da inflação ainda no governo Itamar. No buraco negro dos próximos 14 meses, a inflação continuará subindo.

Um fator importante para a redução dos gastos públicos, que pode ajudar nesse período, seria o governo redistribuir seus encargos para Estados e municípios. A parte disso, existem alguns tipos de planos, que o governo até poderia tentar, mesmo se ambos criassem problemas incontornáveis. A tendência do governo seria recusar essas alterações, para

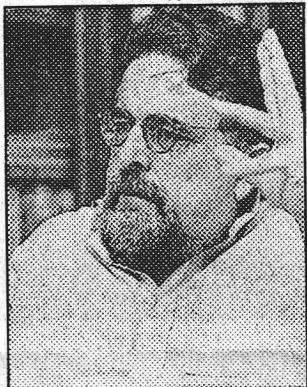
evitar violar, no caso dos salários, uma política aprovada no Congresso há muito pouco tempo, com grande dificuldade. Desta forma, feriria um poder independente (o Legislativo). No caso dos contratos, estaria comprando uma briga com o Judiciário, também atingindo outro poder independente. O plano, sem esses dois pontos, perderia a coerência e fracassaria. Como isso é muito claro, fica-se com o fascínio do plano de mudança do regime monetário e fiscal, por incluir o fator mágica.

Nesse plano, em que se incluiriam currency board ou dolariza-



ção, não se diz, mas se quebram contratos e afetam salários. Como fica dissimulado, não afeta a independência dos poderes. O governo não tem condições de pagar um salário mínimo de US\$ 100 aos aposentados, e nem as prefeituras do Nordeste aos seus funcionários, embora esse seja o salário que está na cabeça do governo e de todos. Com uma dolarização, por exemplo, teria de pagar exatamente o que pode, que são os US\$ 65 que efetivamente os aposentados recebem hoje. A esperança, quando se adota um plano desse tipo, é que o êxito inicial seja tão grande que

Jonas Cunha/AE



Castro: fator "mágica"

**BURACO
NEGRO: MAIS
14 MESES DE
ALTA INFLAÇÃO**

cionaria, até porque praticamente todos os anos o Brasil tem um. Infelizmente, vão mesmo acabar fazendo mais um, e que não passará de um arrocho fiscal de fim de ano, como muitos outros. O governo deveria, na verdade, concentrar-se em aprovar medidas na revisão constitucional que lhe permitam fazer o total ajuste das contas públicas no ano que vem. Há tempo suficiente para o governo propor e fazer aprovar todas as medidas que lhe convêm na revisão, ainda este ano, de forma a começar 1994 com o caminho limpo para o ajuste.

abafe o movimento de ações judiciais que certamente viriam. O problema é que a sociedade hoje está muito bem armada para reagir rapidamente a planos. No Congresso também já não passa qualquer coisa. As relações entre o Executivo e o Congresso mudaram e o Parlamento é hoje um centro produtor de políticas econômicas, pouco disposto a aprovar o que o governo manda.

Paulo Guedes, economista e vice-presidente do Banco Pactual — Um plano de emergência agora não fun-

Esse tempo e essa boa disposição do Congresso seriam obtidos com um gesto simples do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso: ele teria de deixar o seu partido, o PSDB, assumir o compromisso público de que ficará no governo até o fim, ou seja, de que não sairá em abril para se candidatar à presidência ou a outro cargo. Enquanto Fernando Henrique permanecer no PSDB, não terá apoio do Congresso para mudar a Constituição na direção necessária, porque, afinal, os demais partidos estariam beneficiando um partido adversário na corrida presidencial.

Se o ministro não tiver vinculação partidária, todos se apressarão em votar de forma a ajustar as contas públicas no ano que vem, porque isso dará a quem vencer as eleições as condições para fazer um governo de sucesso. Até o PT e PDT se interessariam em votar (mesmo que contra) rapidamente as medidas propostas pelo governo, para governar numa casa limpa, com uma redução de gastos de US\$ 25 bilhões (valor que Fernando Henrique já disse ser o necessário em 1994), caso Luiz Ignácio Lula da Silva vença as eleições presidenciais.

Há a possibilidade — embora pouco remota — de o governo tentar estabelecer uma âncora cambial, na qual a fixação do preço do dólar seguraria os demais preços da economia. O problema é que se o governo segurar o câmbio por 15 dias, explode o parque industrial paulista, que terá de parar de exportar. Quanto à outra proposta de plano que vem sendo comentada — a de um currency board, com duas moedas no país —,



Guedes: utilizar revisão

**V AIR SAIR
UM PACOTE DE
FIM DE ANO,
CRITICAM**

isso seria adotar o mesmo sistema das colônias britânicas na África no século passado. Um recuo realmente espantoso. A vantagem do currency board é que reconhece a importância do controle monetário. Isso, contudo, um banco central independente faria de forma ainda mais satisfatória.

Daniel Dantas, economista e principal executivo do Banco Itatú — Tenho a impressão de que o governo tentará fazer um plano de estabilização, mesmo sem

ter as pré-condições consideradas normalmente necessárias, tais como um superávit fiscal. Esse não é um caminho desajustado. Há três alternativas:

■ A redução gradual da inflação, com sua vinculação à taxa de câmbio, e simultânea redução da intervenção do Banco Central (BC) no mercado cambial.

■ Um congelamento de preços transitório e curto, durante o qual a inflação desceria. Esse congelamento precederia as reformas fiscal e patrimonial.

■ Um currency board que emitiria uma moeda lastreada em dólar, em menor volume, que não poderia servir para financiar o gover-

Carlo Lemeira/AE



Dantas: estabilização

**P REÇOS
CONGELADOS
POR UM
TEMPO CURTO**

no, e que conviveria com o cruzeiro real. É fácil de ser implementado, mas complicado para ser entendido. Um dos problemas mais frequentemente evocados é a dificuldade de os assalariados terem acesso à moeda boa, isenta de inflação. Como a quantidade de papel moeda em poder do público é pequena, o País teria reservas em dólar suficiente para dar lastro à conversão. Os assalariados seriam beneficiados, porque é na mão deles que se concentra o papel moeda.